

O ?direito a desligar?

Author(s):

[José Soeiro](#) ^[1]

Show Author Info?:

0

A questão não é nova, mas a publicação, no dia 1 de janeiro deste ano, da lei francesa que prevê o "direito à desconexão" ou o "direito a desligar" abriu o debate também no nosso país ^[2]. Como responder à armadilha dos mails e dos smartphones utilizados para prolongar informalmente o horário de trabalho? O que fazer perante o crescimento do esgotamento e do stress resultante da "disponibilidade total" cada vez mais exigida pelas entidades empregadoras? Como adaptar a lei à nova realidade destes dispositivos, que invadem e põem em causa coisas tão básicas como o direito ao descanso ou o respeito pelo período de férias? Vamos mesmo aceitar este ?novo escravagismo? ^[2] em que trabalhamos sem limite?

As respostas são ainda, em grande medida, hesitantes. Mas apontam possibilidades. Há exemplos de empresas, como a Volkswagen na Alemanha, que tomaram a decisão de pura e simplesmente desligar os seus servidores entre o fim da tarde e a manhã. Noutros casos, legislou-se no sentido de aceitar que os patrões e os chefes podem contactar os trabalhadores, mas definiu-se os casos excecionais em que isso pode acontecer. Em França, criou-se este novo ?direito à desconexão?, inscrito no Código Laboral e gerou-se um intenso debate, que extravasou fronteiras. Contudo, na versão final da lei remeteu-se a regulação desse direito para o acordo entre os ?parceiros?, definindo-se que, não havendo acordo, cabe à entidade empregadora estabelecer em que condições ele é exercido. Caso desrespeitem essas normas, o que acontece às empresas? A lei francesa não prevê nada.

Em Portugal, o debate ainda vai no início. A primeira discussão é saber se deve ou não haver alterações à lei. Há patrões que acham que estamos muito bem assim: ?Os suicídios podem ser atribuídos ao trabalho como há pessoas que se suicidam porque tiveram um desgosto amoroso. E não é por isso que nós vamos proibir o amor? ^[3], diz Miguel Pina Martins, da Science4You, uma empresa conhecida pela precariedade extrema que impõe aos trabalhadores. O Governo, por seu lado, entende que bastaria um apelo às entidades empregadoras e aos sindicatos para que, querendo, debatam o assunto. Só que não pôr nada na lei é um convite a que seja o empregador a ditar a sua lei. Excluir uma intervenção legislativa é, pura e simplesmente, uma demissão política.

Por várias razões. A lei do trabalho serve precisamente para disciplinar uma relação jurídica estruturalmente desigual e feita de conflitos de interesse. É por isso que, tipicamente, as normas laborais inscritas na lei devem ter uma natureza imperativa, só podendo ser afastadas quando se estabeleçam condições mais favoráveis para o trabalhador. Quando a lei não define mínimos, as empresas redigem o contrato e o trabalhador, na prática, limita-se

a assiná-lo, por mais despótico que ele seja.

Não está em causa que haja espaço para a negociação e para adequar as regras às particularidades de cada setor de atividade, mediante contratação coletiva, porque isso já está previsto, e bem, no Código de Trabalho. Não está em causa, também, que haja profissões e trabalhadores que tenham isenção de horário. Isso também já está previsto na lei, associando-se à isenção de horário compensações em termos de descanso e de remuneração. O que não podemos é ignorar a realidade em que vivemos, feita de horários desregulados, horas extras muito acima do que seria aceitável, muitas delas não remuneradas, precarização, concorrência entre trabalhadores, abusos e transgressão da lei pelas empresas, níveis alarmantes de exaustão e sofrimento no trabalho.

Neste contexto, dizer que o "direito a desligar" é uma matéria que deve ser regulada pelas partes é na prática certificar a liberdade de apenas uma dessas partes - a que tem mais poder e o tem exercido como até aqui. Se esta fosse a resposta, seria igual a não fazer nada. Intervir sobre isto, também na lei e prevendo sanções, não é apenas uma questão laboral, é um imperativo de cidadania.

Artigo publicado em 6 de janeiro de 2017 em expresso.sapo.pt ^[4]

Sumário da Home:

Como responder à armadilha dos mails e dos smartphones utilizados para prolongar informalmente o horário de trabalho? Vamos mesmo aceitar este "novo escravagismo" em que trabalhamos sem limite?

Lead:

Como responder à armadilha dos mails e dos smartphones utilizados para prolongar informalmente o horário de trabalho? Vamos mesmo aceitar este "novo escravagismo" em que trabalhamos sem limite?

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/opiniaao/o-direito-desligar/46292?page=0>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/author/jos%C3%A9-soeiro>

[2] <https://www.publico.pt/2017/01/06/economia/noticia/devemos-ter-o-direito-a-desligar-do-trabalho-governo-abre-debate-1757288>

[3] <https://www.publico.pt/2017/01/06/sociedade/noticia/telemovel-e-correio-electronico-inauguraram-um-novo-tipo-de-esclavagismo-1757271>

[4] <http://expresso.sapo.pt/blogues/jose-soeiro/2017-01-06-O-direito-a-desligar>